

*Rômulo Barreto de Almeida**

Rômulo Barreto de Almeida nasceu em Salvador em 1914. Advogado, foi professor substituto da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro, e assessor da Confederação Nacional da Indústria – na gestão dos diretores Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi – e da Comissão de Investigação Econômica da Constituinte de 1946. Participou em 1948 e em 1949 da Missão Abbink. Em 1951 foi convidado pelo presidente Getúlio Vargas para organizar a Assessoria Econômica da Presidência da República e a partir do segundo semestre de 1953 tornou-se o primeiro presidente do Banco do Nordeste do Brasil. Em agosto de 1954, logo após o suicídio de Vargas, pediu demissão do cargo e em outubro do mesmo ano foi eleito deputado federal pelo PTB da Bahia. Figura emblemática do pensamento desenvolvimentista nacional, foi algumas vezes secretário estadual de diferentes governos baianos e com a redemocratização, em 1985, o governo José Sarney nomeou-o diretor de planejamento da área industrial do BNDES. Faleceu no exercício deste cargo em Belo Horizonte, em 1988.

* Entrevistado em 15 de julho de 1982, por Ângela Coronel, Aloísio Barbosa e Rui Modenesi.

Gostaria de começar tratando dos antecedentes da criação do BNDE⁴¹. Sabemos que há um grande debate que antecede e envolve a criação da instituição, e que o senhor foi protagonista de todo esse processo.

Eu creio que o processo que antecedeu a criação do BNDE tem raízes bastante distantes na história. Com o fracasso do modelo agroexportador, veio uma política de substituição de importações que a princípio não era intencional. No meu entender, era uma coisa derivada da crise de 1929, como antes tinha sido da crise de suprimento de oferta durante a Primeira Guerra Mundial. Depois foi se transformando em um projeto de certa intencionalidade, seja de parte de uma burguesia industrial nascente ou de uma força gerada no Estado brasileiro. Curiosamente, o Estado brasileiro tem uma tradição singular na América Latina quanto à estrutura do governo federal. Apesar de toda a tradição de clientelismo e de influência da política eleitoral, imediata nas nomeações e nas promoções, sempre houve um substrato que poderíamos chamar hoje de técnico-burocracia. Gente que foi recrutada por mérito, geralmente por concurso, e que adquiria uma certa vinculação e engajamento com os propósitos gerais e nacionais do Estado, e tinha um certo grau de autonomia em relação às forças políticas contingentes. Era inclusive uma força mais estável, ainda que evidentemente muito condicionada pela conjuntura político-eleitoral. Esse contingente técnico-burocrático confluiu muito com os interesses de uma burguesia industrial nacional que começava a ser gerada em São Paulo, sobretudo, por meio de líderes como Jorge Street¹⁸⁹, que não cheguei a conhecer, e Roberto Simonsen²⁶⁷, que conheci muito. Nesse quadro, há um aspecto curioso, pois os objetivos da política econômica e os rumos da economia brasileira tinham certa relação com a estrutura política tradicional. A estrutura política tradicional era uma estrutura na qual realmente uma grande tradição autocrática se travestia em formas pré-democráticas e em um sistema representativo muito afetado por um processo de dominação que vai até o coronelismo do interior. Era um aparato político que permanecia e que, por intermédio principalmente das eleições gerais, permitia certas ocasiões de mobilização popular, de afirmação das classes médias urbanas que começavam a surgir no Rio, em São Paulo e em algumas outras cidades – e que ansiavam, portanto, por um processo democrático mais autêntico. Entretanto, havia contra a estrutura política tradicional uma velha suspeita de que essa estrutura era inteiramente inatural, não representativa; curiosamente, existia inclusive uma opinião pública muito antagônica ao Congresso. Mas esses movimentos de opinião não chegaram a ter uma cristalização maior, até porque

foram comprometidos, quicá porque a sua tradição foi muito curta. Foram sempre interrompidos pelo populismo de um lado e, por outro lado, pelas intervenções de forças que estavam nos bastidores. Essas forças – tanto as do populismo como as das forças “ocultas”, digamos assim – eram do interesse geral contra os interesses chamados particularistas dos partidos e da formação política tradicional. O processo de afirmação de uma política nacional não caminhava muito pela linha do processo democrático. Caminhava, eu suponho, mais nesse diálogo entre os tecnocratas e a burguesia industrial, de um lado, e de outro, nas grandes forças ligadas ao sistema de comunicações e a todos os interesses tradicionais que estavam associados sempre à ideia do capital estrangeiro como salvador da pátria. Eu vejo que a Revolução de 1930 foi um movimento no qual as classes médias irromperam com ideias nacionalistas, de afirmação nacional, que de certa maneira coincidiam com o interesse de salvar o país de uma profunda crise cambial, de divisas e de capacidade de importar, o que levou a um processo de substituição na agricultura e na indústria. Durante o processo de redemocratização, porém, já houve uma certa exaustão desse esforço. Veio o Estado Novo, que foi um golpe populista contra esses agrupamentos políticos tradicionais. O Estado Novo, entretanto, trazia dentro de si a retomada dessa ideia do interesse nacional, dos interesses particularistas de um Estado mais forte, não apenas na intervenção política mas também na econômica. Um Estado que fosse capaz de fazer coisas, de associar-se à burguesia industrial e mobilizar também as massas, para que essa mobilização dos trabalhadores representasse, por um lado, o apoio que faltava pela via eleitoral e, por outro, o contrapeso da tendência concentracionista da burguesia industrial. Seria um processo pelo qual os trabalhadores apoiariam a emancipação econômica do país, objetivando um novo pacto social hegemônico pela burguesia industrial. Ao mesmo tempo, esse trabalhador, mobilizado com os seus sindicatos – ainda que em parte tutelado pelo Estado –, representaria sempre uma contrapartida da tendência concentracionista da burguesia industrial. Esse era realmente o projeto que foi sustentado, inclusive utilizando os instrumentos de repressão, dos quais eu até fui vítima.

Como é que surge a Assessoria Econômica²² do presidente Vargas¹⁴²?

Vamos para a história. É bom, antes de mais nada, dizer como surge a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos⁶⁸, e depois a Assessoria Econômica da Presidência da República. Durante o governo Dutra¹¹³ houve a Missão no Brasil, para formular uma série de sugestões sobre projetos no Brasil e para orientar a política de

financiamentos externos, de que o país careceria para um esforço maior de inversão. No final do governo isso estava bastante adiantado e já havia sido combinada a criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. O governo Vargas se fez depois de uma campanha eleitoral de compromisso com a retomada da política nacionalista, com a crítica ao desperdício de divisas, à liberalização econômica, à falta de apoio à indústria nacional e, obviamente, também ao trabalhador brasileiro; e incluía compromissos quanto ao problema do petróleo, uma solução nacionalista para a questão. Esta, aliás, já tinha levantado, mesmo durante o governo Dutra, um movimento de opinião muito significativo chamado “O Petróleo é Nosso”²²⁶, que reuniu não apenas forças de esquerda, mas muitos membros da classe média conservadora mais nacionalista e elementos militares importantes. Esse movimento chegou a ser tão relevante que ganhou a eleição no Clube Militar⁶³. Isso representou também um reforço àquelas outras forças que tentavam, por intermédio do Plano SALTE²⁴³, evitar uma política de entreguismo e de internacionalização. O governo Vargas, no entanto, ganhou com maioria no voto majoritário, porém com minoria no voto proporcional, ou seja, sem obter maioria no Congresso. Ganhou duas vulnerabilidades: a do apoio da maioria do Congresso e a vulnerabilidade das grandes forças já comprometidas com os interesses do capital estrangeiro no Brasil, com todo o esquema do Ocidente e da Guerra Fria que começava. Tínhamos saído da Guerra da Coreia, que também teve uma certa influência no sentido de reduzir o disparate da política liberal porque obrigou um esforço do Conselho de Segurança Nacional, que reuniu uma série de técnicos. Naquela ocasião, fui chamado para ser assessor, para opinar e contribuir. Retomamos um pouco, no Conselho de Segurança, algumas ideias nacionalistas, com a Guerra da Coreia. Com essas duas vulnerabilidades, o governo Vargas tinha de adotar uma linha que lhe permitisse por um lado sobreviver, por outro responder ao seu compromisso de campanha. Quando a Comissão Mista foi instituída, o governo colocou no Ministério das Relações Exteriores um homem que tinha muito bom diálogo com Washington, João Neves da Fontoura¹⁸⁶, e no Ministério da Fazenda um outro homem com as mesmas condições, Horácio Lafer¹⁶², ligado à burguesia brasileira industrial, porém muito influenciado por ideias liberais, muito antes de Simonsen, que já tinha morrido em 1948. Esses homens procuraram fazer um diálogo com Washington e o governo fez então um compromisso. Fizemos a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para estudar os projetos e o reaparelhamento da economia do país, ou seja, os projetos específicos de ferrovias, de rodovias, de eletrificação, de armazenagem, etc., e esses projetos, então, seriam candidatos a uma linha de crédito que a princípio se pensava ser de

US\$ 500 milhões, mas depois se tornou US\$ 300 milhões, com a promessa de que se chegaria aos 500. A Comissão Mista se instalou de uma forma muito ampla, bem estruturada, com todos os requisitos técnicos, todas as condições para fazer um grande trabalho; e muitos participaram da Comissão Mista, inclusive quem era também de orientação nacional, porque essa cooperação era conveniente para ampliar o prestígio da Comissão. Sem que isso tivesse sido explicitado em nenhum instrumento político, o que ocorreu na realidade, provavelmente pelo próprio instinto político do presidente Getúlio Vargas, foi constituir uma Assessoria, sem alarde, sem nenhuma formalidade e aparato, sem competir institucionalmente; era estritamente um órgão de bastidor, um órgão de gabinete, um *staff*, para orientar a condução de uma política nacionalista. A ação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos seria complementar, não contradizia em nada, pois estudava projetos específicos e, afinal, culminava como um instrumento financeiro para ser intermediário dos créditos de Washington, que era o primeiro objetivo da Comissão Mista. Enquanto nós estávamos dentro de uma filosofia que era estruturar o Estado para intervir, qual foi o partido adotado para ação da Assessoria? Tomar algumas questões básicas, mas, sobretudo o âmago da questão energética brasileira. Enquanto eles estavam vendo os problemas específicos, por exemplo, estudando o projeto de eletrificação de Peixoto, nós estávamos estudando o plano de eletrificação. Estávamos estudando a Eletrobrás⁵⁷, fazendo o seu projeto, um projeto de uma nova política de tarifas e criando em primeiro lugar o Fundo Federal de Eletrificação¹³⁴. Nós já sabíamos que a carga era muito pesada, que a oposição era tremendamente intensa a esse programa; então, dividimos em quatro projetos, porque em primeiro lugar salvaríamos o projeto financeiro que entraria logo para ser administrado pelo BNDE, enquanto o projeto da Eletrobrás iria demorar, como demorou, cerca de uns oito anos, para sair. Os outros projetos nem saíram. Mas já se salvavam, entretanto, os recursos de eletrificação.

Dr. Rômulo, quais são mesmo os quatro projetos?

Nós fizemos quatro projetos, dentro de um esquema de unidade: o projeto financeiro no Fundo Federal de Eletrificação, com a criação de recursos de financiamento; o projeto de um novo regime de sistema elétrico, com sistema de tarifas e tudo mais; o Plano Nacional de Eletrificação²⁴¹; e o projeto da Eletrobrás. Esses projetos foram divididos exatamente para facilitar o seu trânsito legislativo e assegurar desde logo os recursos, porque em relação ao BNDE, por exemplo, a nossa ideia é que o Banco passasse a ter recursos próprios.

Antes de chegar ao BNDE, como eram as relações da Assessoria Econômica com a Comissão Mista? Havia algum tipo de relação formal?

A relação era informal porque a Assessoria não existia como instituição, era um braço do presidente da República. Era um órgão que tinha um grande papel político, porque falava em nome do presidente, reunia em seu nome as pessoas, mas que procurava inclusive ser anônimo e trabalhar, sobretudo, por intermédio dos ministros, mesmo dos que não eram muito favoráveis à nossa posição, porque temiam a revisão que fazíamos das suas propostas. Mas mantínhamos um bom relacionamento. No caso do ministro Horácio Lafer, oferecemos a ele o projeto de criação dos grupos de estudo para o desenvolvimento industrial, a Comissão de Desenvolvimento Industrial⁶⁴. Com as subcomissões teve início este projeto – o Plano de Metas quase começa nesse momento – e foi uma coisa nossa, entregue ao Lafer, para que ele bancasse, apesar de ele ter muita oposição e restrições, sobretudo pelo fato de que nós não tínhamos a mesma filosofia e muitas vezes contrariávamos muitas das suas propostas ou propúnhamos variações. De certa maneira, mantínhamos um bom relacionamento e pessoalmente também participávamos da Comissão Mista. Eu não era membro da Comissão Mista Central, mas participava de Comitês, era convidado para reuniões, e procurávamos manter uma boa relação. Pelo anonimato em que nós ficávamos, pela falta de status aparente, pouca gente se dava conta de que a Assessoria estava fazendo qualquer coisa que pudesse ser importante na política do governo Vargas, de maneira que isso nos facilitou muito.

Gostaria de entender melhor como era a Comissão Mista. Ouço muito falar sobre ela, mas não tenho ideia se ela era constituída formalmente pelos ministros de Estado ou por outro tipo de funcionário.

A liderança era do ministro Horácio Lafer e a Comissão era constituída de um chefe brasileiro e um chefe americano, com alguns companheiros brasileiros e americanos.

Tem o início, então, o BNDE, não é? Porque o BNDE surge desse processo.

Surge em consequência dos projetos e da necessidade de financiá-los prontamente.

A Comissão Mista fez uma sugestão formal de criação do BNDE? Qual foi o papel da Assessoria Econômica?

A Assessoria estava acompanhando e acreditava que era muito importante constituir um sistema financeiro do governo – esta era uma ideia da Assessoria, que procurava evitar o nome “plano” porque estava muito ligado à ideia de um plano nacionalista e não era conveniente usá-lo. Por outro lado, ela concebia que todo planejamento naquela época tinha de tocar nos problemas estratégicos, criar entidades dinâmicas. Era muito mais importante criar entidades de financiamento ou de promoção industrial do que tentar um esforço de informação que seria ineficiente, muito caro e duvidoso, já que a própria informação não estava adaptada às condições da realidade de um país subdesenvolvido e tão heterogêneo como o Brasil. O que considerávamos essencial era partir de uma concepção básica e criar entidades que fossem dinâmicas. Inclusive colocamos a questão: se isso não seria uma contradição com a ideia de desenvolver com maior produtividade o uso dos recursos brasileiros, porque a criação dessas entidades representava um certo contingenciamento de recursos, logo, a menor flexibilização no uso global dos recursos. Chegamos à conclusão de que isso era muito mais importante do que deixar os recursos no fundo geral, sujeito a uma dispersão por objetivos secundários, não estratégicos – ou seja, um grande desperdício na escala nacional. Dialeticamente achamos que, apesar da ideia da caixa única e da flexibilidade do orçamento público e do orçamento financeiro nacional ser a princípio certa, naquele momento o certo mesmo era destacar recursos importantes para áreas que fossem essenciais.

O senhor falou na questão dos US\$ 500 milhões que seriam recursos americanos por meio do EXIMBANK¹¹⁵. Já ouvimos vários depoimentos um pouco contraditórios. Há quem diga inclusive que essa cifra de US\$ 500 milhões seria uma invenção brasileira, nunca os americanos teriam falado nisso. O fato é que o BNDE não recebeu um só dólar desse dinheiro, nem 500 milhões, nem 300 milhões. A que o senhor atribuiria isso exatamente? Teria sido a postura nacionalista do governo Vargas, as transformações do próprio governo americano devido à Guerra Fria ou também a mudança de presidente nos Estados Unidos?

Eu atribuo à suspicácia dos interesses externos quanto à política de Vargas. Inclusive houve mudanças. O governo chegou a mudar os ministros de Relações Exteriores e da Fazenda – embora a mudança não tenha sido radical no Ministério da Fazenda – e procurou acentuar a linha nacionalista em face de uma ameaça aparentemente muito grande de intervenção dos grupos internacionais. Eu atribuo a isso.

Havia um grande debate na criação do BNDE e toda essa ideia de planejamento, que será uma das características da instituição. Um debate com divergências muito claras. Quando se cria a Comissão Mista, quando o presidente Vargas instala a Assessoria Econômica – que, como o senhor disse, trabalhava sob um certo anonimato – pensava-se sempre em retomar aquele projeto nacionalista, autonomista a que se referiu. Por outro lado, a Comissão Mista estava sendo liderada pelo ministro Horácio Lafer, que no debate anterior estava em posição oposta a essa do projeto autonomista, e, de repente, aparece a criação do BNDE. O BNDE foi de fato uma solução de consenso, uma situação de compromisso? Como que se deu isso?

Foi uma solução de consenso, que atendia às duas correntes; o problema destas duas correntes era que cada uma queria uma orientação diferente quanto à forma de conduzir o BNDE.

Como é que essa disputa ocorre nos primeiros anos aqui dentro?

O BNDE começou a se estruturar como organização, a recrutar uma inteligência nova e muito engajada com os problemas nacionais. Houve no Banco um pouco de conflito entre alguns elementos que queriam dar uma orientação tal e outros que queriam um caminho diferente. A estrutura interna do BNDE e sua liderança tiveram uma importância muito grande na resolução dos conflitos. O próprio fato de o Banco começar a se engajar no financiamento da infraestrutura e da indústria de base fez com que ele passasse a ser vinculado com a ideologia de um projeto autônomo brasileiro, ainda que houvesse diretores que quisessem apoiar empresas estrangeiras. Surgiam então as resistências no Banco.

Quer dizer que nos primeiros anos a corrente nacionalista consegue prevalecer?

Eu não direi que conseguiu prevalecer, mas teve influência. As decisões do BNDE não afetavam as decisões básicas sobre o projeto nacionalista brasileiro porque essas estavam na Petrobras²³⁵, na Eletrobrás ou no Fundo Federal de Eletrificação e em outras decisões de indústria de base, que já começavam a surgir. O BNDE tinha de apoiar porque era sua obrigação, embora a princípio ele se dedicasse muito mais à infraestrutura.

Não é que a ação do BNDE não importasse. Acontece que ela estava dedicada ao estabelecimento da infraestrutura, a qual talvez interessasse a ambos os lados.

Precisamente. Inclusive nessa época a maior parte dos projetos elétricos eram de capital estrangeiro, mas já o Fundo Federal de Eletrificação tinha certas restrições; a nossa ideia era que ele fosse um instrumento de participações acionárias, para ir aumentando a participação acionária do Estado nas empresas.

O professor Celso Furtado nos falou que essa questão do capital estrangeiro não era uma questão tão importante como pode parecer à distância, penso que talvez pela ausência, inclusive, dessa questão de multinacionais, que era uma coisa inexistente. A forma mais frequente do capital estrangeiro aqui era exatamente de concessionária de serviços públicos – havia algumas críticas quanto ao provável recebimento de demasiadas vantagens ao longo do século XX –, mas não havia uma opinião muito cristalizada de efeitos negativos do capital estrangeiro na economia. O senhor concorda com isso, grosso modo?

Em parte, concordo. Certa vez, em Nova York, fiz uma palestra em uma entidade de líderes empresariais, a American President Association, e procurei fazer uma tipologia do capital estrangeiro. Mostrei que a grande oposição que havia ao capital estrangeiro era em relação ao que era concessionário de serviços públicos que tinham monopólios de fato, quando não de direito. E também, por outro lado, ao capital estrangeiro voltado ao controle de recursos naturais. Quanto ao capital estrangeiro que vinha substituir o que se mandava de fora para cá, para produzir aqui dentro, existia uma certa receptividade. No entanto, alguns já consideram que esse é o começo de um processo perigoso e já se voltam para a ideia da *joint-ventures* ou de criar empresas brasileiras capacitadas para negociar com as empresas estrangeiras. Nós já considerávamos que isso era uma coisa importante para a economia brasileira. Acredito que, no geral, o Celso caracterizou bem essa diferença, essa distinção entre os tipos de capital estrangeiro.

A que o senhor atribui tanta comoção em torno da questão do acordo Roboré² com a Bolívia que, inclusive, contou com uma participação talvez informal do BNDE por meio de seus dirigentes?

Uma das preocupações do grupo que desenvolveu o projeto da Petrobras foi elaborar uma entidade de tal ordem que não criasse suspeita na Bolívia de

constituir uma intervenção do Estado brasileiro na economia boliviana. Essa é uma das razões pela qual, no projeto original, não se falou a palavra monopólio estatal, apesar de o monopólio de fato existir tecnicamente no projeto do BNDE, pela concepção geral e pelas condições realmente dominadoras da empresa.

Gostaria que o senhor falasse um pouco do primeiro *staff* do BNDE. São pessoas que certamente o senhor conheceu, não é?

Eu conheci realmente muitos deles, talvez a grande parte. Alguns até trabalharam comigo, como Ewaldo Correia Lima¹¹⁴ e Heitor Lima Rocha. Conheci também os diretores. A nossa ideia era que, embora a diretoria fosse de orientação muito liberal, era de técnicos muito bons e sérios quanto aos seus engajamentos. Em relação a eles, eu defendia a seguinte ideia: dialeticamente era mais importante para a política autônoma brasileira a eficiência na administração da instituição naquele momento, a implantação eficiente, do que mesmo o engajamento ideológico. Eu defendia o Roberto Campos e o Lucas Lopes, achava que era algo importante porque a nossa experiência era de organizações às vezes muito bem inspiradas do ponto de vista ideológico, mas um desastre na sua implantação, e este desastre da implantação conduzia a um descalabro permanente, tipo Banco da Amazônia³³. Além disso, a Assessoria era um organismo muito aberto e, apesar do nosso engajamento ideológico, tínhamos como assessores também esses mesmos homens, que eram contra a nossa ideologia. Eles se limitavam a nos dar informações e assessoria nos pontos que eram tecnicamente neutros. Roberto Campos, por exemplo, trabalhou conosco como assessor, e Glycon de Paiva¹⁴³ e Mário da Silva Pinto também – estes dois últimos eram inteiramente contrários ao projeto da Petrobras e trabalhavam em assessorias. O Mário foi nosso candidato, e do presidente também, ao cargo de administrador do Plano do Carvão²⁴². Infelizmente, apesar de o presidente saber que tecnicamente Mário era o homem certo naquele momento, houve uma imposição do Estado Maior para que fosse colocado um homem deles na direção do Plano do Carvão e entrou um coronel. A propósito desse tipo de atitude do presidente Getúlio Vargas, eu poderia contar muitos casos, mas não sei se é oportuno – às vezes, ele indicava pessoas que sabia que eram contra as ideias fundamentais dele, mas que, naquele momento e naquela posição, eram as pessoas certas; assim, por exemplo, ele encontrou na direção da Companhia Hidro-Elétrica de São Francisco⁷⁴ uma grande figura da engenharia de São Paulo, Marcondes Ferraz²³³, que era da UDN. Apareceu um candidato do PTB, que não era

um sujeito inteiramente desqualificado em comparação ao Ferraz; então eu levei o problema ao presidente e ele disse: “O homem é o Marcondes Ferraz. Ele é udenista, mas o que é que tem, é um eletrotécnico, é um homem de eletricidade.”

Como eram recrutados esses técnicos que fizeram parte da Assessoria Econômica?

Eram recrutados na base da disponibilidade deles, do desejo de trabalhar e na disposição de fazê-lo quase de graça, porque não havia recursos. Inclusive o orçamento do ano de 1951 não tinha um tostão para o gabinete da Presidência fazer algo em termos de Assessoria, foi um orçamento herdado. Logo, não tínhamos recursos para pagar, então eram pessoas que estavam disponíveis no serviço público e que trazíamos, colocando-as simplesmente à disposição da Presidência. Foi como recrutamos inicialmente o pessoal. Depois, conseguimos melhorar o padrão financeiro da equipe.

Parece que desde o início ficou estabelecido que o BNDE não apoiaria a empresa estrangeira, ou não? Ou isso foi resolvido depois? Até que ponto a Assessoria Econômica se envolveu nessa questão?

O problema inicialmente não se colocava muito, porque os recursos do BNDE eram muito poucos e quase que destinados à infraestrutura. O problema se colocou depois, na visão retrospectiva que eu tenho.

Essa Assessoria durou até o fim do governo Getúlio Vargas? O senhor permaneceu no palácio até o final do Governo?

Durante o ano de 1953, acumulei também a presidência da Comissão Incorporadora do Banco, mas isso não me levava a sair tanto do Rio de Janeiro. Não permaneci até o final porque em janeiro de 1954 eu me transferi para Fortaleza como presidente do Banco do Nordeste³⁶. Mesmo estando na presidência do Banco, como muitas das decisões tinham que ser tomadas no centro do poder, eu estava frequentemente no Rio de Janeiro. A minha substituição foi feita por Jesus Soares Pereira¹⁸⁰, que era o meu principal companheiro.

O BNDE está completando 30 anos e o senhor, como estudioso da Economia, vem acompanhando a história da instituição. Eu gostaria de saber como o senhor vê a trajetória dessa instituição na economia

brasileira e qual é o espaço que o BNDE – que agora é BNDES – atualmente ocupa na nossa economia.

O BNDE realmente cumpriu um papel importantíssimo. Como podemos pensar no Brasil de hoje sem o BNDE? Seria muito difícil em termos materiais. Acredito que o BNDE cumpriu bem seu papel, de uma maneira global. Faria, porém, algumas restrições ao seu desempenho. A primeira restrição é que não se engajou, como por exemplo depois se engajou o Banco do Nordeste do Brasil – em condições muito mais modestas de recursos – na preparação de quadros para serem cedidos. E essa foi uma das preocupações da Assessoria da Presidência da República, foi da criação da CAPES⁹¹. Não sei se vocês sabem disso, das técnicas faltantes, dos problemas de recursos humanos, problema de quem é que podia ser instrumento para modernizar as atividades econômicas no Brasil de uma maneira geral, das atividades administrativas e de ser criador ou pelo menos captador em tecnologia, transmissor, adaptador de tecnologia e inovações. Essa foi uma restrição grave. O BNDE foi muito influenciado, desde o começo, por uma ideia de que deveria limitar o seu papel ao seu próprio quadro. Uma outra crítica que eu faria ao BNDE, que é muito similar à primeira, é que não tomou a iniciativa de propor coisas, quer dizer, o fez durante algum tempo de maneira muito esparsa, passageira e modesta. Era necessário fazer proposições, ter um instrumento técnico para fazer projetos, para elaborar ideias, para jogar essas ideias no mercado, nas decisões dos empresários, do poder público, etc. Eu diria que, por exemplo, no plano do desenvolvimento regional, essa foi uma grande falha do BNDE. Foi introduzida uma lei no BNDE, um dispositivo pelo qual o Banco devia aplicar 25% dos seus recursos nas áreas periféricas determinadas. Entretanto, como essas áreas periféricas não tinham capacidade de fazer projetos, nunca esses recursos foram absorvidos. Faltou realmente uma atitude de maior iniciativa, porque o BNDE ficou muito preocupado com sua eficiência como empresa e chegou até a pontos ridículos em certas administrações. Houve administração no Banco que mandou reduzir ou eliminar as edições dos relatórios do BNDE, que deviam ser de ampla informação nacional. Não quero deixar no meu registro o nome porque é desagradável, mas houve esse caso, de eu mesmo procurar um relatório do BNDE e estar esgotado porque só foram tirados 500 exemplares, porque a administração determinou economia. O BNDE, numa fase muito mais recente, realizou uma coisa que podia ter realizado com muito mais antecedência – essa é uma restrição de ordem temporal no desempenho

do BNDE –, que é o sistema dos repasses. Essas nossas medidas no Banco do Nordeste do Brasil, que devem constar dos arquivos do BNDE, propunham o cofinanciamento ou um sistema de refinanciamento com garantia do banco regional para dinamizar o processo.

Essa proposta é de que ano?

Essa proposta foi de 1954.

Muito anterior.

Foi uma proposta muitíssimo anterior. Entretanto, o BNDE reagia com muita lentidão a essas ideias. Isso também tinha uma certa razão. O Banco representava uma filosofia econômica em que havia uma certa indisposição pelo tratamento do problema regional, como se este representasse um transtorno no tratamento do problema nacional global. Isso prevaleceu durante muito tempo, aliás, com alguma razão. Uma política regional e sensata poderia levar a isso, mas na verdade já naquele tempo os problemas regionais eram extremamente graves. A heterogeneidade territorial e econômica do Brasil era patente. Os efeitos da concentração da política que estávamos lançando no Brasil também eram evidentes. Era preciso desde aquele momento corrigir e, inclusive, descobrir quais os meios e os modos de fazer uma política regional nacional e compatível com os grandes objetivos nacionais. Quer dizer, essas são pequenas objeções e restrições que faço ao desempenho, mas o caso é o seguinte: não podemos esperar que tudo tivesse sido feito na história de uma maneira ótima, não é?

Mas como é que o senhor vê? Vamos voltar à atualidade.

Há um lado extremamente positivo na política macro do BNDE. O Banco constituiu numa espécie de bastião de resistência contra a desnacionalização acelerada da economia brasileira – este foi realmente um papel histórico da maior importância. Penso também que a participação acionária do BNDE veio muito tarde. Isso já havia sido concebido no plano regional na lei do Banco do Nordeste. Por sinal este também não o fez, mas tinha concebido no estado da Bahia uma organização do estado, que se chama Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial¹²⁹, que é uma antecipação da atual BNDESPAR. Não achei má essa ideia de fundir as três organizações de participação; achei bom do ponto de vista nacional. Não tenho essa mesma opinião a respeito da expansão do BNDE como Banco Social.

Por que, professor?

A ideia parece muito boa em princípio, porque realmente é preciso fazer uma política social no Brasil integrada à política econômica. Por essa premissa eu devia chegar à conclusão de que não havia nada mais certo do que fazer o BNDES. Entretanto, quando examinamos o problema mais a fundo, pelo menos eu chego à conclusão de que a integração da política social com a política econômica não requer necessariamente que os dois instrumentos de financiamento estejam no mesmo órgão, requer simplesmente uma política que os intere. Mas que os organismos devam ser especializados para cumprir bem as funções em que se especializam. Nesse sentido, as solicitações novas ao BNDE antigo, no campo social, podem ser muito mais numerosas, volumosas e carregadas de pressão política imediata, política de clientela, de oportunidade, eleitoral, que podem constituir um fator de sérios riscos para o BNDES. No meu entender, um banco social deveria existir, poderia ser até o BNH⁴⁰. O BNDE deveria se inspirar por objetivos sociais também, de articular o social com o econômico, e de desempenhar alguns projetos de alcance social, cuja resposta econômica fosse mais remota, ou indireta. Que completasse projetos econômicos, projetos inspirados, etc. Poderia participar de um programa, mas deveria se concentrar no seu papel fundamental de financiador do desenvolvimento brasileiro. Para isso ele precisava desenvolver seus próprios sistemas, para lançar títulos ao público, lançar obrigações do desenvolvimento econômico capazes de atrair a poupança pública e capazes de competir com as cadernetas de poupança e com todos os outros instrumentos de captação de poupança. A carga administrativa e política sobre o BNDE como banco social vai prejudicá-lo no desempenho do seu papel essencial.